

Estudo Técnico Preliminar 29/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 08200002755202561

2. Descrição da necessidade

A Polícia Federal, por meio da Coordenação de Aviação Operacional (CAOP/CGAP/DIREX/PF), opera aeronaves tanto de asa fixa (dois E175, um B350 e um C208B) quanto de asas rotativas (três AS350, dois AS355 e um AW-139);

A CAOP conta hoje com cerca de 70 tripulantes que necessitam de Certificado Médico Aeronáutico (CMA) para o exercício de suas atividades, especificamente pilotos, copilotos, operadores aerotáticos (OAT), tripulantes operacionais (TO) e auxiliares de tarefas de solo (ATS);

Importante ressaltar que CMA válido é uma exigência operacional da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), sendo que o vencimento do CMA de um dado tripulante impede a sua operação em aeronave. Dessa forma, a manutenção da validade do CMA dos tripulantes da CAOP é de vital importância para a continuidade da sua operação. A manutenção da validade de CMA depende de renovação periódica junto a clínicas credenciadas pela ANAC;

A periodicidade de tal renovação de CMA depende tanto da idade do tripulante quanto da classe de CMA requerida para a sua operação. De forma geral, para OAT, TO e ATS a periodicidade é de quinquenal e para pilotos ou copilotos com menos de 60 anos de idade a periodicidade é anual (e para maiores de 60 anos de idade a periodicidade é semestral);

Em se tratando de exames médicos de caráter recorrente, acredita-se que a contratação de serviços de emissão e renovação de CMA em processo único imprimirá eficiência na contratação pretendida. Nesse sentido, o presente estudo tem como objeto a contratação de estabelecimento credenciado junto à ANAC para conceder e/ou renovar CMA de tripulantes da CAOP, conforme exigências do RBAC 90 e RBAC 67;

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
caop/cgap/direx/pf	Guilherme Nobel Conti

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os itens objetos desta contratação não se encontram dentro do rol de itens padronizados do Catálogo Eletrônico de Padronização da Administração Pública Federal, conforme verificado no sítio eletrônico <<https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>>;

Os serviços a serem contratados são de natureza continuada, uma vez que o CMA requer revalidações periódicas ordinárias e extraordinárias (decorrentes de suspensões temporárias de CMA demandadas pela ANAC em função de ocorrência aeronáutica, como acidentes ou incidentes);

Além de declarar que possuem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço pretendido, as licitantes deverão, para celebrar contratações junto ao Órgão, apresentar:

Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a aptidão da empresa para o fornecimento e desempenho de execução compatível em características, quantidades e prazo com o objeto e demais particularidades que constarão do Termo de Referência;

Documentação comprobatória de que possui autorização e credenciamento pela ANAC para realização dos exames médicos, laboratoriais e psicológicos, assim como para lançamentos dos dados na rede de citada agência; e

Cumprir critérios de sustentabilidade ambiental publicadas no PDLS do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, instituído pela Portaria nº 5.376/2023, da Secretaria de Gestão e Inovação (SEGES);

Será admitida subcontratação;

A justificativa para o uso do Sistema de Registro de Preços (SRP) reside no Decreto nº 11.462/2023, mais precisamente no Inciso V (quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração) do Artigo 3º (O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:);

A justificativa para renovação do prazo da ata de preços reside no artigo 22 do mesmo decreto (O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso);

A ata de registro de preços poderá ter sua vigência prorrogada com renovação das quantidades pelo prazo previsto em edital, considerando a economia processual, redução potencial dos preços unitários registrados tendo em vista os efeitos da economia de escala, bem como mitigação do risco de realizar nova licitação e contratação de empresa que porventura não cumpra as obrigações;

5. Levantamento de Mercado

No passado, a CAOP já realizou exames de CMA na cidade de Curitiba/PR, ocasionando então gastos elevados com deslocamentos (passagens aéreas, viaturas ou mesmo aeronaves da CAOP) e diárias dos servidores, de forma que eventual economia proporcionada por contratação de clínica fora do Distrito Federal é sobrepujada por tais gastos mencionados. Considerando a necessidade de economizar recursos públicos escassos, faz-se então necessário que a clínica seja localizada nos limites do Distrito Federal, tendo-se em vista que exames realizados em outra unidade da federação implicariam gastos adicionais com deslocamento e diárias, bem como na ausência do servidor por alguns dias da unidade;

Dessa forma, considerando que a CAOP tem sua sede operacional e administrativa no Distrito Federal, a solução considerada mais vantajosa para a Administração é a realização de exames médicos, laboratoriais e psicológicos para emissão de CMA no Distrito Federal. Entende-se que tal restrição não impede que clínicas credenciadas fora do Distrito Federal possam participar da licitação, desde que possibilitem a realização de exames no Distrito Federal, podendo firmar acordos, parcerias ou subcontratações com clínicas já credenciadas no DF;

6. Descrição da solução como um todo

Contratação de empresa credenciada junto à Agência Nacional de Aviação Civil para emissão e revalidação de Certificados Médicos Aeronáuticos de tripulantes da CAOP, conforme ditames do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Como explanado anteriormente, a CAOP possui 10 aeronaves operacionais e cerca 70 tripulantes (entre pilotos, copilotos, OAT, TO e ATS) que necessitam de renovação periódica de CMA. No entanto, além das renovações periódicas, existe necessidade de exames iniciais de CMA quando de novos tripulantes admitidos nos quadros da CAOP;

No histórico acumulado de 2022 a 2024, a demanda anual de exames iniciais de CMA na CAOP foi de 4 exames de 1ª Classe, 1 de 2ª classe e 8 de 2ª Classe CMS. No mesmo período, a demanda anual de exames de revalidação na CAOP foi de 43 exames de 1ª Classe, 1 de 2ª classe e 3 de 2ª Classe CMS. No entanto, dado que a frota atual da CAOP (10 aeronaves) será acrescida de 3 novas aeronaves em 2025 (um C208B EX e dois Bell 412), projeta-se que, ao longo dos próximos anos, ocorra incremento do número de tripulantes em pelo menos 30%;

Além desse incremento da frota, há que se considerar ainda a eventualidade de casos de suspensão de pilotos e copilotos devido a acidentes e incidentes graves aeronáuticos. Diante dessas considerações, as quantidades anuais estimadas estão apresentadas na tabela a seguir;

Grupo	Item	Descrição	Unidade	Quantidade anual
1	1	Exames para revalidação de CMA de 1ª Classe (PLA/PLH/PCA e PCH)	Serviços	65
	2	Exames iniciais de CMA de 1ª Classe (PLA/PLH/PCA e PCH)	Serviços	10
	3	Exames para revalidação de CMA de 2ª Classe (PPA/PPH)	Serviços	5
	4	Exames iniciais de CMA de 2ª Classe (PPA/PPH)	Serviços	5
	5	Exames para revalidação de CMA de 2ª Classe CMS (comissários e demais tripulantes)	Serviços	5
	6	Exames iniciais de CMA de 2ª Classe CMS (comissários e demais tripulantes)	Serviços	10

Legenda:

PLA - Piloto de Linha Aérea de Avião; PLH - Piloto de Linha Aérea de Helicóptero;

PCA - Piloto Comercial de Avião; PCH - Piloto Comercial de Helicóptero;

PPA - Piloto Privado de Avião; PPH - Piloto Privado de Helicóptero; e CMS - Comissário

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 95.987,50

Os preços foram obtidos em pesquisa de mercado realizada em fevereiro de 2025, encontrando-se tal pesquisa descrita no Mapa Comparativo de Preços (39732015);

Dada as características da amostra, adotou-se como preço unitário de referência os valores dos preços medianos observados para cada tipologia de exame de CMA;

O valor de referência considerou as quantidades estimadas no item anterior e os preços unitários de referência adotados, conforme apresentado na tabela a seguir;

--	--	--	--	--	--	--

Grupo	Item	Descrição	Unidade	Quantidade anual	Preço unitário (R\$)	Preço total (R\$)
1	1	Exames para revalidação de CMA de 1ª Classe (PLA/PLH/PCA e PCH)	Serviços	65	940,00	61.100,00
	2	Exames iniciais de CMA de 1ª Classe (PLA/PLH/PCA e PCH)	Serviços	10	1.170,00	11.700,00
	3	Exames para revalidação de CMA de 2ª Classe (PPA/PPH)	Serviços	5	982,50	4.912,50
	4	Exames iniciais de CMA de 2ª Classe (PPA/PPH)	Serviços	5	1.195,00	5.975,00
	5	Exames para revalidação de CMA de 2ª Classe CMS (comissários e demais tripulantes)	Serviços	5	780,00	3.900,00
	6	Exames iniciais de CMA de 2ª Classe CMS (comissários e demais tripulantes)	Serviços	10	840,00	8.400,00
-	-	-	-	-	-	Σ = 95.987,50

Dessa forma, o valor total de referência estimado para a presente contratação é de **R\$ 95.987,50 (noventa e cinco mil, novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos);**

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O objeto da presente demanda não foi parcelado, encontrando-se alocado em grupo único. Tal postura foi adotada visando conferir atratividade à contratação como um todo, mediante ganho de escala, uma vez que o parcelamento poderia resultar na contratação somente dos itens de maior relevância financeira (itens 1 e 2), deixando possivelmente os de menor relevância sem empresas interessadas (itens 3 a 6);

Além disso, considera-se indesejável que os tripulantes da CAOP tenham de realizar os exames de CMA em mais de um endereço, de acordo com a classe de seu certificado, visando assim evitar desencontros com deslocamentos inadvertidos a clínica distinta da que deveria comparecer;

O objeto da presente demanda está organizado em itens correspondentes aos CMA necessários aos quadros da CAOP: exames de revalidação e iniciais para pilotos e copilotos nos itens 1 e 2 respectivamente; exames de revalidação e iniciais para pilotos em formação nos itens 3 e 4 respectivamente; e exames de revalidação e iniciais para tripulantes de cabine (OAT, TO e ATS) nos itens 5 e 6 respectivamente;

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A contratação de clínica para emissão e revalidação de CMA faz parte do conjunto de contratações indispensáveis à operação das aeronaves da CAOP, da mesma forma que contratos de manutenção de aeronaves, de fornecimento de combustível e de treinamento de tripulantes;

Existe interdependência entre cada uma das contratações exemplificadas no item anterior para com a continuidade da operação da CAOP, uma vez que a eventual descontinuidade em apenas um desses contratos implicaria em prejuízo à operação da CAOP, que seria momentaneamente paralisada até a retomada do contrato descontinuado;

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os recursos materiais e humanos de que dispõe a CAOP encaixam-se no Objetivo Estratégico nº 1 ("Enfrentar a Criminalidade com eficiência") e no Objetivo Tático-Operacional 1.5.1 ("Ampliar e qualificar o apoio operacional tático oferecido às unidades da PF") da DIREX/PF, conforme Plano Tático-Operacional Orientado a Resultados-Chave PTO-KR/DIREX/PF-2024/2025 da Polícia Federal (disponível na intranet do órgão no sítio <<https://pfgovbr.sharepoint.com/sites/intranet/PlanejamentoEstrategico/Unidades%20Centrais/Plano%20Tatico%20Operacional%20Orientado%20a%20Resultados%20Chave%20-%20DIREX.pdf>>);

O objeto solicitado neste estudo está inscrito no sítio eletrônico governamental para Planejamento e Gerenciamento de Contratações, sob o código 145/2024 (39274635);

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a contratação pretendida, almejam-se três benefícios para a CAOP, a seguir elencados:

O adimplemento ao que determina o RBAC 90 e o RBAC 67 a respeito do CMA. O não adimplemento de ditames regulamentares inviabiliza a continuidade da operação, sujeitando os responsáveis às sanções previstas no âmbito da ANAC e mesmo do Código Penal;

A operacionalidade da CAOP. A operacionalidade repousa essencialmente em aeronaves adequadamente mantidas e operadas e tripulantes treinados e capazes de exercerem suas funções a bordo. O CMA é elemento indispensável à verificação das capacidades dos tripulantes exercerem funções a bordo;

A segurança da operação da CAOP. O CMA também fornece uma barreira adicional de segurança, uma vez que permite a descoberta prematura de problemas de saúde que podem interferir na capacidade operativa de tripulante;

13. Providências a serem Adotadas

Para que a Administração alcance os resultados previstos, qual seja, a manutenção da validade do CMA dos seus tripulantes ao longo do tempo, será de fundamental importância a instalação e conclusão do processo licitatório decorrente, coroando-se o processo com celebração de contrato com clínica especializada;

Além disso, é necessário que a Equipe de Fiscalização do contrato acima citado, composta de dois servidores da CAOP na condição de Fiscal e Fiscal-Substituto, mantenha cadastrado com validade de CMA de todos os tripulantes, de forma a impedir vencimento e propiciar revalidação tempestiva de CMA na clínica contratada;

Dessa forma, a Administração deverá indicar e manter dois fiscais na mencionada equipe, de forma a propiciar não apenas a fiscalização do contrato propriamente (reajustes, pagamentos, glosas, etc), mas o adequado gerenciamento da validade de CMA dos tripulantes e da ordem de realização das juntas médicas;

14. Possíveis Impactos Ambientais

A má gestão no descarte de sangue e urina pode causar impactos ambientais negativos, como por exemplo:

Proliferação de doenças, uma vez que o descarte inadequado de sangue e urina pode atrair vetores de doenças, como mosquitos e roedores, que podem transmitir doenças para a população;

Contaminação do solo, podendo afetar a biodiversidade local;

Contaminação da água: podendo afetar a vida aquática e a saúde humana que se utiliza do manancial;

Para mitigar esses impactos, é fundamental que haja uma gestão adequada no descarte dessas substâncias, conforme os seguintes regulamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA):

Resolução RDC nº 222/2018: Estabelece as diretrizes para a gestão de resíduos de saúde;

Resolução RDC nº 306/2004: Estabelece as normas para a gestão de resíduos de saúde em estabelecimentos de saúde;

Resolução RDC nº 33/2003: Estabelece as normas para a gestão de resíduos de saúde em laboratórios de análises clínicas;

Portaria nº 2.616/2013: Estabelece as diretrizes para a gestão de resíduos de saúde em serviços de saúde;

A empresa contratada deverá ter ciência e promover as resoluções pertinentes da ANVISA, assim como a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) a respeito do descarte de embalagens e resíduos, no todo ou na parte que lhe compete;

O eventual descumprimento de leis, normas e regulamentos ambientais durante a execução do contrato será comunicado pela Polícia Federal ao órgão de fiscalização competente do Distrito Federal;

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

O presente termo tem como objeto a contratação de estabelecimento credenciado junto à ANAC capaz de renovar e/ou conceder Certificado Médico Aeronáutico aos tripulantes da Coordenação de Aviação Operacional, conforme exigências do RBAC 90 e RBAC 67.

Após análise do presente estudo técnico preliminar, conclui-se que a contratação é viável dos pontos de vistas técnico e financeiro e conveniente para esta Administração Pública atendendo plenamente a necessidade a que se destina.

Opina-se pelo prosseguimento da presente contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: conforme formalização de demanda

GUILHERME NOBEL CONTI

Membro da comissão de contratação